

**PARTE B****ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA**

Secretário-Geral

Despacho (extrato) n.º 15520/2014

Por despacho de 26 de novembro de 2014, do Vice-Presidente da Assembleia da República Júlio Miranda Calha:

Maria Teresa de Sousa Teixeira Diniz — nomeada, nos termos do n.º 1, do artigo 11.º da lei de Organização e Funcionamento dos Serviços da Assembleia da República, republicada pela Lei n.º 28/2003, de 30 de julho, para o cargo de Secretária do Gabinete do Vice-Presidente da Assembleia da República, com efeitos a 17 de outubro de 2014.

12 de dezembro de 2014. — O Secretário-Geral, *Albino de Azevedo Soares*.

208304285

**PARTE C****PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS**

Direção-Geral das Autarquias Locais

Declaração de retificação n.º 1314/2014

Para os devidos efeitos se declara que a declaração n.º 210/2014, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 236, de 5 de dezembro de 2014, saiu com uma incorreção, que assim se retifica: onde se lê «por despacho de 21 de outubro de 2014» deve ler-se «por despacho de 21 de novembro de 2014».

12 de dezembro de 2014. — O Subdiretor-Geral, *Eugénio Barata*.
208302981

Direção-Geral do Património Cultural

Aviso (extrato) n.º 14321/2014**Conclusão do Período Experimental**

Nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, e considerando ter sido dado cumprimento ao disposto no n.º 5 do artigo 45.º do Anexo da mesma lei, torna-se público que, na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com esta Direção-Geral, os trabalhadores abaixo mencionados concluíram com sucesso o período experimental na carreira e categoria de técnico superior, tendo-lhes sido atribuídas as seguintes classificações finais:

Catarina Loureiro de Moura, com a classificação final de 19,00 valores, homologada por despacho de 24 de outubro de 2014;

Filomena de Lurdes Martins Ferreira, com a classificação final de 17,36 valores, homologada por despacho de 24 de novembro de 2014;

Luís Filipe Marques Ribeiro, com a classificação final de 16,08 valores, homologada por despacho de 27 de novembro de 2014.

Nos termos do disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 48.º do referido Anexo à Lei n.º 35/2014, o tempo de duração do período experimental é contado para efeitos da atual carreira e categoria.

12 de dezembro de 2014. — O Diretor do Departamento de Planeamento, Gestão e Controlo, *Manuel Correia Diogo Baptista*.

208303118

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direção-Geral do Orçamento

Aviso n.º 14322/2014

A Secretaria-Geral do Ministério das Finanças pretende proceder ao preenchimento de postos de trabalho na carreira de técnico superior, por recurso à mobilidade de trabalhadores, nos termos do disposto nos artigos 92.º e seguintes da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, para o exercício de funções na Direção-Geral do Orçamento (DGO), com a seguinte caracterização:

Perfil pretendido: Licenciatura ou grau académico superior em Economia, Gestão, Contabilidade ou Finanças, com experiência profissional na área de contabilidade, gestão financeira e controlo de gestão, nomeadamente em contabilidade geral, analítica, patrimonial e orçamental, POCP e GeRFIP.

Requisitos de admissão: Trabalhadores detentores de vínculo de emprego público na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Total de postos de trabalho: 20.

Tipo de Oferta: Mobilidade.

Seleção: Os candidatos selecionados pela análise curricular serão convocados para entrevista profissional.

Remuneração: Igual à que o trabalhador aufera no lugar de origem, nos termos previstos no artigo 39.º da Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro (LOE para 2014).

Local de trabalho: Direção-Geral do Orçamento (DGO), Rua da Alfândega, 5, 2.º, 1149-095 Lisboa.

As respostas devem ser remetidas, no prazo de 10 dias úteis a contar da publicação do presente aviso no *Diário da República*, mediante requerimento dirigido à Direção-Geral do Orçamento, exclusivamente em formato digital, para o endereço eletrónico dgo@dgo.pt, com a menção expressa do vínculo, da carreira/categoria detida, da posição e nível remuneratórios e da correspondente remuneração mensal, acompanhados do *curriculum vitae*, detalhado e atualizado e que inclua o contacto telefónico, bem como do certificado de habilitações literárias.

A presente oferta de emprego estará ainda disponível na página eletrónica da DGO, em <http://www.dgo.pt/dgo/RecursosHumanos/Paginas/ProcedimentosConcursais.aspx>

11 de dezembro de 2014. — O Secretário-Geral-Adjunto do Ministério das Finanças, *Adérito Duarte Simões Tostão*.

208300931

Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais

Aviso (extrato) n.º 14323/2014

Nos termos do n.º 6 do artigo 36.º da Portaria n.º 83-A/2009, de 22 de janeiro, alterada e republicada pela Portaria n.º 145-A/2011, de 6 de abril, faz-se público que se encontra afixada nas instalações do Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), sito na Av. Infante D. Henrique, 1-C, 1.º, Lisboa, a lista unitária de ordenação final do procedimento concursal comum com vista à ocupação de cinco postos de trabalho da carreira unicategorial de técnico superior, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para exercer funções neste organismo, conforme Aviso n.º 7252/2014, de 19 de junho de 2014, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 116, e Aviso (extrato) n.º 8488/2014, de 23 de julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 140, a qual foi homologada por despacho de 10 de dezembro de 2014 do Diretor-Geral.

10 de dezembro de 2014. — O Diretor-Geral, *Álvaro Matias*.
208301499

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA

Gabinetes das Ministras de Estado e das Finanças e da Administração Interna

Despacho n.º 15521/2014

1 - Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 375/88, de 21 de outubro, que regulamenta o acesso aos quadros da Polícia de Segurança Pública (PSP), é autorizada a abertura, em 2015, de vagas para a admissão ao curso de formação de agentes, até ao limite de 300, tendo em vista o ingresso nos quadros da PSP.

2 - O presente despacho produz efeitos a partir do dia seguinte ao da sua assinatura.

10 de dezembro de 2014. — A Ministra de Estado e das Finanças, *Maria Luís Casanova Morgado Dias de Albuquerque*. — A Ministra da Administração Interna, *Anabela Maria Pinto de Miranda Rodrigues*.
208301603

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA SAÚDE

Gabinetes dos Secretários de Estado Adjunto e do Orçamento e Adjunto do Ministro da Saúde

Despacho n.º 15522/2014

O Decreto-Lei n.º 186/2006, de 12 de setembro, estabelece o regime de atribuição de apoios financeiros pelo Estado, através dos serviços e organismos centrais do Ministério da Saúde e das administrações regionais de saúde, a pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos.

O referido decreto-lei determina, no artigo 9.º, que o montante financeiro disponível para cada programa de apoio é anualmente fixado, por área de intervenção e âmbito territorial, nacional ou regional, por

despacho conjunto do ministro responsável pela área das finanças e do ministro responsável pela área da saúde.

Considerando que os Programas Nacionais conseguiram alcançar ganhos de eficiência na gestão de 2013, é agora possível afetar parte dessas verbas à atribuição de apoios financeiros a pessoas coletivas privadas sem fins lucrativos que desenvolvam projetos nesta área e que concorram para a concretização dos objetivos do Plano Nacional de Saúde e dos Programas Nacionais.

Nestes termos, e ao abrigo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 186/2006, de 12 de setembro, determina-se:

1 — Em 2014, o montante disponível para programas de apoio no âmbito do Plano Nacional de Saúde e nas áreas dos Programas Nacionais, sejam eles nacionais ou regionais, é de 75.000,00 € para programas pontuais e de 2.300.000,00 € para programas plurianuais.

2 — Os encargos com apoios financeiros que tenham reflexos em mais de um ano económico são inscritos no orçamento do Serviço Nacional de Saúde.

3 — As verbas constantes do n.º 1 que não forem gastas em 2014 podem ser utilizadas em 2015.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

11 de dezembro de 2014. — O Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, *Hélder Manuel Gomes dos Reis*. — O Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, *Fernando Serra Leal da Costa*.

208301474

MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS E DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA

Gabinetes do Ministro da Educação e Ciência e do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento

Portaria n.º 1078/2014

A Secretaria-Geral do Ministério da Educação e Ciência, através da Direção de Serviços de Contratação Pública, enquanto Unidade Ministerial de Compras, nos termos da Portaria n.º 150/2012, de 16 de maio, e do Decreto-Lei n.º 37/2007, de 19 de fevereiro, vai proceder à aquisição centralizada de “Serviços de Viagens, Transportes Aéreos e Alojamentos” para a Direção-Geral de Educação (DGE) e para a Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT).

Considerando que a Unidade Ministerial de Compras do Ministério da Educação e Ciência se propõe, enquanto entidade agregadora, proceder à abertura do respetivo procedimento, ao abrigo do Acordo-Quadro de “Serviços de Viagens, Transportes Aéreos e Alojamentos”, celebrado pela Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP), nos termos do artigo 259.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

Torna-se, assim, necessário proceder à autorização de encargos financeiros decorrentes dos contratos de aquisição de “Serviços de Viagens, Transportes Aéreos e Alojamentos”, que se estimam no valor de €939.837,40, a que acresce IVA à taxa legal, o que totaliza o valor global de €1.156.000,00, para o ano económico de 2015.

Nestes termos, e em conformidade com o disposto no n.º 1 do artigo 22.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de junho, manda o Governo, pelo Ministro da Educação e Ciência e pelo Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento, ao abrigo de competência delegada, o seguinte:

Artigo 1.º

Ficam autorizadas as entidades abaixo mencionadas a assumir os encargos orçamentais decorrentes da contratação de “Serviços de Viagens, Transportes Aéreos e Alojamentos” que não poderão, no ano económico de 2015, exceder as importâncias abaixo indicadas:

(Em euros)

Serviços	Valor 2015 s/IVA	Valor 2015 c/IVA	Valor Total s/IVA	Valor Total c/ IVA
Direção-Geral de Educação	186.991,87	230.000,00	186.991,87	230.000,00
Fundação para a Ciência e a Tecnologia	752.845,53	926.000,00	752.845,53	926.000,00
TOTAL	939.837,40	1.156.000,00	939.837,40	1.156.000,00